



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Orçamento e Finanças Públicas		
Reunião: 40ª Ordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 30/11/22		
Horário de início: 10h16min		Horário de encerramento: 13h20min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Professor Claudiney Dulim e com as presenças remotas dos vereadores Bruno Miranda e Álvaro Damião, reuniu-se a comissão.

Às 10h17min, o presidente suspendeu a reunião por cinco minutos.

Às 10h20min, o presidente reabriu os trabalhos com a presença remota dos vereadores Bruno Miranda, Álvaro Damião e Pedro Patrus.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

Registre-se a presença dos vereadores Wilsinho da Tabu, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Marcos Crispim, que não integram a comissão.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária, realizada em 16/11/22.

O presidente informou que inverteria a ordem dos itens da pauta, passando-se à apreciação dos seguintes itens:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 372/22 - "Institui a política de transparência na cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município de Belo Horizonte". Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Marilda Portela.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Bruno Miranda, pela rejeição.

2) Projeto de Lei nº 378/22 - "Institui a noção dos direitos dos animais e de proteção animal como temas a serem abordados no contraturno das escolas municipais de educação integral". Autoria: vereador Irlan Melo.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Professor Claudiney Dulim, pela aprovação.

3) Projeto de Lei nº 426/22 - "Altera as Leis nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, nº 9.154, de 12 de janeiro de 2006, nº 9.319, de 19 de janeiro de 2007, nº 9.450, de 13 de novembro de 2007, nº 10.754, de 19 de setembro de 2014, nº 11.373, de 4 de julho de 2022, nº 11.374, de 4 julho de 2022, nº 11.375, de 4 de julho de 2022, e nº 11.376, de 4 de julho de 2022". Autoria: Executivo - Mensagem nº 35, de 30/8/22.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Bruno Miranda, pela aprovação.

EM TURNO ÚNICO: 4) Projeto de Lei nº 435/22 - "Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2023". Autoria: Executivo - Mensagem nº 38, de 30/9/22.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'E' followed by a horizontal line.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pareceres dos relatores, vereador Bruno Miranda, pela aprovação das emendas nºs 39 a 70 e 891 a 895, e do vereador Professor Claudiney Dulim, pela aprovação do projeto, pela aprovação das emendas nºs 1 a 5, 11 a 30, 33 a 37, 71 a 75, 78 a 90, 96, 98 a 106, 108 a 110, 118 a 125, 127 a 142, 144 a 147, 149, 151 a 178, 180 a 184, 189 a 206, 208 a 213, 215 a 219, 221 a 243, 246 a 268, 270 a 276, 278 a 294, 296 a 301, 303 a 312, 315 a 317, 319 a 321, 323 a 325, 327 a 329, 331 a 334, 336 a 341, 343 a 383, 385 a 390, 392, 394 a 465, 467, 470 a 546, 548 a 654, 656 a 697, 699 a 741, 743 a 754, 756 a 801, 803 a 890 e 896 a 1068; e pela rejeição das emendas nºs 31, 32, 77, 91 a 95, 97, 107, 111 a 117, 143, 148, 150, 185 a 188, 220, 244, 245, 318, 322, 384, 391, 393 e 802.

Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer em relação às emendas nºs 603, 610, 612, 617, 620, 623, 633, 635, 636, 651, 652, 653, 656, 657, 659, 712, 761, 39 a 70 e 891 a 895.

Registre-se que o vereador Bruno Miranda estava impedido de votar, pois o parecer aborda emenda de sua autoria.

Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer em relação às emendas nºs 1.049, 1.050, 1.051, 1.052, 1.053, 1.054, 1.055, 1.056, 1.057, 1.060 e 1.061.

Registre-se que o vereador Álvaro Damião estava impedido de votar, pois o parecer aborda emenda de sua autoria.

Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer em relação às emendas nºs 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518 e 519.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'E' followed by a horizontal line.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Registre-se que a vereadora Marilda Portela estava impedida de votar, pois o parecer aborda emenda de sua autoria.

Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer em relação às emendas n°s 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789 e 790.

Registre-se que o vereador Pedro Patrus estava impedido de votar, pois o parecer aborda emenda de sua autoria.

O vereador Bruno Miranda assumiu a presidência.

Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer em relação às emendas n°s 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 891, 892, 893, 894 e 895.

Registre-se que o vereador Professor Claudiney Dulim estava impedido de votar, pois o parecer aborda emenda de sua autoria.

O vereador Professor Claudiney Dulim reassumiu a presidência.

Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer em relação ao projeto e às demais emendas.

5) Projeto de Lei n° 436/22 - "Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2022-2025, para o período de 2023-2025". Autoria: Executivo - Mensagem n° 39, de 30/9/22.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Professor Claudiney Dulim, pela aprovação do projeto e das emendas n°s 1 a 7, 10, 11, 13 a 15, 17, 21, 23 e 27 a 53, e pela rejeição das emendas n°s 12, 16, 22 e 24.

Registre-se que o vereador Pedro Patrus estava impedido de votar, pois o parecer aborda emenda de sua autoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EM PRIMEIRO TURNO: 6) Projeto de Lei nº 441/22 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird - ou a outra instituição financeira, com garantia da União e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 43, de 24/10/22.

Discutiram o projeto os vereadores Professor Claudiney Dulim, Pedro Patrus e Bruno Miranda.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Professor Claudiney Dulim, pela aprovação.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Finalidade: debater as novas possibilidades do Orçamento Participativo com as inovações da Proposta de Emenda à Lei Orgânica (Pelo) nº 4/21, que determina a inclusão das obras do OP nos projetos orçamentários, tornando suas execuções obrigatórias e prioritárias

Requerimento de Comissão nº: 1.819/22

Autoria: vereador Wilsinho da Tabu

O presidente registrou a importância desta audiência pública e passou a condução dos trabalhos para o vereador Wilsinho da Tabu, autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública.

O presidente saudou a todos e disse ser este um momento especial de celebrar o orçamento participativo de execução obrigatória. Lembrou sobre sua atuação no desenvolvimento do Orçamento Participativo e ressaltou que este atende, em sua maioria, pessoas que residem em áreas mais carentes. Ressaltou que existem obras eleitas no Orçamento Participativo em 2012 que ainda não foram executadas. Citou exemplos de obras aprovadas em anos anteriores e que ainda se encontram aguardando execução. Comentou sobre o processo de alteração da Lei





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Orgânica do Município de Belo Horizonte para inserir a previsão de um orçamento impositivo. Disse que as emendas impositivas dos vereadores permitirão aos vereadores serem os olhos e ouvidos da Prefeitura na identificação e no atendimento das demandas da população. Lembrou que no mínimo 50% dos recursos das emendas impositivas deverão ser direcionadas para a área de Saúde. Voltou a tratar do Orçamento Participativo, enfatizando ser este uma das maiores formas de participação democrática no uso dos recursos públicos. Fez menção ao ex-prefeito Patrus Ananias, que foi o primeiro a implementar em Belo Horizonte o Orçamento Participativo.

O presidente registrou as seguintes presenças em plenário: 1) a representante da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo - Comforça - Norte, José Maria Filho; 2) o representante da Comforça Norte, Juvercino Corino de Cristo; 3) a representante da Brasil Sem Tração Animal, Fernanda Braga; 4) o conselheiro de Saúde do Bairro Sagrada Família, Manoel Marques de Azevedo; 5) o representante da Associação do Bairro Pompéia, João Geraldo Almeida; 6) a coordenadora de Atendimento Regional Oeste, Luciane Carvalhais; 7) o vereador José Ferreira.

O presidente registrou, também, as seguintes participações remotas: 8) o representante do secretário municipal de Governo, Josué Costa Valadão, João Paulo Barros 9) o coordenador de Atendimento Regional Noroeste, Felipe Santos Ferreira; 10) o representante do Movimento Muda Aterro, Rafael Afonso da Silva; 11) a representante da Comforça Pampulha, Edina Barbosa; 12) o representante da Associação Comunitária e Beneficente do Bairro Castanheiras e Adjacências, Marcus de Moro; 13) o representante da Comforça Nordeste, Célio Antunes; 14) o





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

representante da Associação de Moradores do Conjunto Esperança, Cristiano Almeida; 15) o coordenador de Atendimento Regional Leste, José Henrique de Oliveira Neto; 16) a representante da Gerência de Acompanhamento das Instâncias de Participação Popular da Secretaria Municipal de Governo, Mércia Adriana de Oliveira Cruz; 17) o líder comunitário do Conjunto Santa Maria, Ivo Martins dos Santos; 18) a presidente da Associação da União de Moradores da Vila Nossa Senhora do Bairro Serra, Irene Bitencourt; 19) o representante da Associação de Defesa da Comunidade Fraterna - ADCF, Paulo Carvalho Freitas; 20) a fundadora do Instituto Árvores, Juliana Minardi; 21) a representante da Associação de Moradores do Bairro São José - Palmeiras, Creuza Machado de Castro Gomes; 22) o representante da Comforça Noroeste, Rafael Frois; 23) a representante da Comforça Oeste, Samaritana; e 24) o prestador de serviço da Prefeitura de Belo Horizonte, Enildo Pires de Sousa.

O presidente agradeceu o apoio dos demais vereadores ao projeto de lei do orçamento participativo impositivo. Disse que o momento agora é de diálogo com o Executivo para realização e conclusão das obras aprovadas no orçamento participativo.

O vereador Marcos Crispim cumprimentou todos os presentes e enfatizou a importância do projeto do orçamento participativo impositivo apresentado pelo vereador Wilsinho da Tabu. Disse que isso dará segurança à população de que as obras aprovadas no orçamento participativo serão efetivamente executadas.

O vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão agradeceu a oportunidade de participar desta audiência e elogiou a atuação do vereador Wilsinho da Tabu. Disse que o processo do Orçamento Participativo é árduo e humilhante e que demanda um

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'E' or similar character.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

grande esforço de mobilização da comunidade. Defendeu a mobilização da população e a formação de novas lideranças comunitárias. Citou exemplos de votações anteriores do Orçamento Participativo e dos motivos de priorização de determinadas obras pelas comunidades.

O vereador José Ferreira cumprimentou a todos e elogiou a atuação do vereador Wilsinho da Tabu. Lembrou de votações do Orçamento Participativo das quais participou e enfatizou o compromisso dos vereadores em cobrar a conclusão das obras aprovadas no Orçamento Participativo.

O vereador Pedro Patrus elogiou a atuação do vereador Wilsinho da Tabu na busca da implementação do Orçamento Participativo de execução obrigatória. Lamentou que a execução de obras do Orçamento Participativo dependa de vontade política da Prefeitura. Considerou o valor previsto na Pelo nº 4/22 como obrigatório para o Orçamento Participativo baixo e lembrou que existem muitas obras pendentes de anos anteriores. Defendeu a inclusão do Orçamento Participativo na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Disse considerar que a participação popular nunca será humilhante e defendeu o caráter democrático desse processo.

João Paulo Barros comentou sobre o trabalho desenvolvido na Prefeitura para adequação às emendas impositivas dos vereadores no orçamento e a busca que vem sendo feita para entrega das obras aprovadas no Orçamento Participativo. Enfatizou a existência de um processo contínuo de discussão e busca da melhoria dos procedimentos do Orçamento Impositivo e do Orçamento Participativo.

Luciane Carvalhais saudou a todos os presentes e ressaltou a importância da presente discussão sobre a conclusão das obras do Orçamento Participativo.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ivo Martins dos Santos parabenizou aqueles que conduzem esse processo de tornar o Orçamento Participativo de execução obrigatória. Disse que o processo do Orçamento Participativo é humilhante no ponto em que as lideranças têm muita dificuldade em mobilizar as comunidades e já ocorreu de a pessoa não ir à votação porque está assistindo novela. Celebrou a conclusão de algumas obras do Orçamento Participativo e cobrou a conclusão de algumas outras que ainda estão aguardando.

O presidente efetuou a leitura de pergunta encaminhada por Washington Guedes questionando sobre obra de construção de Unidade de Pronto Atendimento - UPA - no Bairro São Salvador.

Irene Bitencourt comentou sobre obras que foram aprovadas no Orçamento Participativo e o impacto que elas tiveram na comunidade. Disse que desde o governo do Prefeito Marcio Lacerda as obras do Orçamento Participativo foram paralisadas e não têm sido realizadas. Denunciou a ocorrência de mortes na comunidade em decorrência da não realização de obras que haviam sido aprovadas no Orçamento Participativo.

José Marcio, em participação remota, comentou sobre a importância das lideranças comunitárias nos processos do Orçamento Participativo. Cobrou uma melhor fiscalização dos vereadores sobre as obras que estão sendo realizadas no Orçamento Participativo.

Manoel Marques de Azevedo celebrou o trabalho desenvolvido pelas lideranças comunitárias e enfatizou a importância da execução obrigatória das obras do Orçamento Participativo.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Geraldo de Almeida, também chamado de João Petrobrás, saudou a todos e disse que trabalha com o Orçamento Participativo desde a época do ex-Prefeito Patrus Ananias e elogiou os vereadores atuais que apoiaram o reestabelecimento do Orçamento Participativo. Denunciou o despejo de lixo e resíduos no Córrego da Baleia.

José Henrique de Oliveira Neto elogiou a iniciativa do vereador Wilsinho da Tabu de tornar obrigatória a execução de obras do Orçamento Participativo. Parabenizou os demais vereadores que apoiaram essa iniciativa.

Magali Sampaio, em participação remota, parabenizou a todos pela luta

José Maria Filho celebrou a iniciativa de tornar o Orçamento Participativo de execução obrigatória.

Gilmar Cardoso, morador da Regional Norte, em participação remota, elogiou os vereadores presentes pelo compromisso com o Orçamento Participativo

Mércia Adriana de Oliveira Cruz agradeceu o apoio recebido e a participação das lideranças comunitárias no processo do Orçamento Participativo. Manifestou esperança de que as obras aprovadas serão realizadas.

Paulo Carvalho Freitas disse estar emocionado e que quase tinha perdido a esperança de ver as obras do Orçamento Participativo executadas. Disse que os jovens não conheciam o Orçamento Participativo. Saudou as lideranças comunitárias que participam desta reunião e defendeu a realização de seminários para discutir o Orçamento Participativo.

Às 12h20min, o presidente prorrogou a duração da reunião por mais uma hora.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Juliana Minardi saudou a todos os presentes e elogiou a atuação das lideranças comunitárias. Denunciou que a especulação imobiliária está planejando a destruição da última área de preservação ambiental na região do Jardim América. Denunciou que os proprietários dessa área têm dúvidas de IPTU de cerca de R\$20 milhões e estão pleiteando perdão de multas e juros. Cobrou que seja feita pressão para a cobrança dessa dívida e defendeu a criação de uma área de preservação do Parque Municipal do Jardim América.

Felipe Santos Ferreira elogiou a atuação dos vereadores envolvidos na iniciativa do Orçamento Participativo de execução obrigatória e defendeu o trabalho executado pelas lideranças comunitárias.

Juvercino Corino de Cristo parabenizou o vereador Wilsinho da Tabu pelo trabalho executado. Lamentou a existência de inúmeras obras aprovadas no Orçamento Participativo que estão paradas. Disse que o resgate do Orçamento Participativo traz esperança para a comunidade de que suas demandas serão atendidas.

Creuza Machado de Castro Gomes comentou sobre o trabalho desenvolvido pelas lideranças comunitárias e sobre as dificuldades enfrentadas nesse trabalho.

O presidente registrou a presença da vereadora Professora Marli, que não integra a comissão.

A vereadora Professora Marli disse que participa desta reunião para escutar as manifestações das lideranças comunitárias e disse que todos podem contar com seu apoio na defesa do Orçamento Participativo.

Rafael Frois elogiou a possibilidade de participação remota na reunião e defendeu que as próximas tenham maior controle e transparência na ordem de fala





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dos participantes. Considerou que o Orçamento Participativo é uma importante forma de participação popular no orçamento municipal, mas que o valor previsto é muito baixo.

Samaritana agradeceu a oportunidade de participar da interlocução entre a CMBH e a sociedade. Enfatizou a fala do vereador Pedro Patrus, dizendo que é desmotivante a falta de execução das obras que foram discutidas anteriormente em uma conferência. Disse que o Orçamento Participativo tem que ter força de lei. Afirmou sua satisfação em presenciar a fala da Dona Neusa, que a emocionou bastante. Reforçou que é deficiente física e se sente atendida pelos movimentos que vêm sendo desenvolvidos na CMBH, junto aos cidadãos.

Enildo Pires de Sousa perguntou se os R\$30 milhões serão suficientes para atender a todas as regionais da capital. Destacou que, quando as verbas são liberadas, os planos não são executados conforme o planejado. Enfatizou que a solicitação da sua comunidade é a ampliação do Centro de Saúde Salgado Filho. Afirmou sentir-se constrangido por não ter acesso às deliberações sobre as obras que devem ser realizadas no local. Solicitou providências em relação à ocorrência de moradores de rua que frequentam o posto e levam seus animais para a unidade, ferindo o princípio da manutenção da saúde pública. Agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública.

Edina Barbosa parabenizou o presidente pela importância com que trata o tema da valorização do orçamento em saúde, ao discutir o repasse dos recursos do Orçamento Participativo. Perguntou se a destinação das verbas se referem a outras áreas, como educação e esporte. Enfatizou a importância em discutir e valorizar ainda mais as ações em prol da implantação de melhorias no setor de saúde. Disse 



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

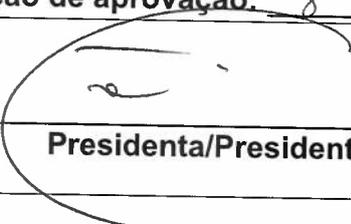
sentir-se lisonjeada em participar da audiência pública. Reforçou a necessidade em promover a articulação entre a sociedade e o poder público. Destacou o nome de Josué Costa Valadão e outras lideranças que contribuíram para as iniciativas em favor da construção dos debates.

O presidente reforçou que, no que depender dele, os R\$30 milhões vão se multiplicar por dois, três e mais vezes. Disse que esta audiência foi a mais feliz já realizada nesta casa. Afirmou seu compromisso em fazer com que o Orçamento Participativo Impositivo seja realizado com eficácia. Destacou a importância em exigir do Poder Executivo as providências para que o planejamento das obras possa sair do papel e ser executado.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA	
Distribuição para impugnação:	<u>22 / 12 / 22</u>
Comunicação de aprovação:	<u>8 / 2 / 23</u>
 _____ Presidenta/Presidente	